

**EMENDA Nº       , DE 2017 – PLEN**  
(ao Substitutivo ao PLS nº 298, de 2011)

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o art. 30 do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2011.

**JUSTIFICATIVA**

O artigo 30 é contrário ao interesse público e à segurança jurídica. Foge ao objetivo da proposta de se tratar de direitos do contribuinte frente ao Estado, para tratar de forma genérica de tema delicado relativo ao cancelamento de ofício de certidão de dívida ativa em razão de vícios de legalidade. Inicialmente, entende-se que o prazo de 45 dias é muito curto, propondo-se o alargamento para 180 dias, o que deve ser avaliado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Além disso, a redação do caput está confundindo o efeito de certos institutos, pois o depósito do montante integral e o parcelamento, por exemplo, suspendem a exigibilidade do crédito tributário e não a sua inscrição.

O § 2º está tecnicamente errado, pois a inscrição em dívida ativa ocorre em momento posterior à constituição definitiva do crédito tributário, vale dizer, ou já houve a possibilidade de “defesa” do contribuinte em relação ao lançamento de ofício, ou ele mesmo que declarou (confessou) aquele valor, não tendo que se falar em direito de contraditório neste momento. Deve ser suprimido.

O § 3º deve ser excluído por consequência lógica da exclusão do § 2º. A medida deve ser tratada com cautela, pois não se pode deturpar o controle de legalidade previsto no art. 2º, §3 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, criar



responsabilidade objetiva do Estado, responsabilização funcional do servidor e multa punitiva em caso de descumprimento tratando-se a questão de forma tão genérica. A proposta baseia-se na autotutela dos atos administrativos; é, contudo, demasiadamente abrangente. Gera insegurança jurídica à atuação do servidor, traz potencial prejuízo indevido aos cofres públicos e pode causar situações de usurpação de competências de controle de legalidade privativas do Poder Judiciário.



SF/17174.48826-72